



Revista Jurídica Luso-Brasileira
Ano 3 (2017), nº 1

RJLB

Ficha Técnica

Publicação do Centro de Investigação de Direito Privado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (CIDP)



Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Alameda da Universidade
1649-014 LISBOA
PORTUGAL
<http://cidp.pt/>
cidp@fd.ulisboa.pt

ISSN: 2183-539X

Director: Fernando Araújo
Sub-Directores: Paula Vaz Freire, Luis Gonçalves da Silva
Redactores: Cláudia Monge, Cláudia Madaleno, Filipa Caldas, Francisco Rocha



Este trabalho foi licenciado com a Licença Creative Commons Atribuição – Não Comercial - SemDerivados 3.0 Portugal.

Conselho Editorial

Adalberto Pasqualotto
Adir Ubaldo Rech
Alamiro Velludo Salvador Netto
Alexandre Bueno Cateb
Alexandre Dias Pereira
Alexandre Ditzel Faraco
Amanda Flávio de Oliveira
Ana Frazão
Ana Lourenço
António Araújo
Antonio Carlos Efig
António Goucha Soares
Antonio Jose Maristrello Porto
Antonio Magalhães Gomes Filho
Antonio Rulli Jr.
Bruno Meyerhof Salama
Carlos Alberto Ferriani
Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz
Carlos Salles
Celso Campilongo
Cesar Santolim
Cibele Fernandes Dias
Claudio Godoy
Cristiano de Sousa Zanetti
Cristiano Rosa de Carvalho
Daniel Braga Lourenço
Danielle Tetü Rodrigues
Debora Gozzo
Denise Lucena Cavalcante
Deolinda Meira
Diogo Coutinho
Diogo Leite de Campos
Eduardo Biacchi Gomes
Eduardo Bittar
Eduardo Oliveira Leite
Eduardo Santos Júnior (†)
Egon Bockmann Moreira
Elton Venturi

Eugenio Battesini
Eugenio Facchini Neto
Fabiano Mendonça
Fábio Corrêa Souza de Oliveira
Fernanda Medeiros
Fernando Brito
Fernando Gravato Moraes
Fernando Quadros da Silva
Filomeno Moraes
Flávio Luiz Yarshell
Flávio Tartuce
Frederico Glitz
Gerson Luiz Carlos Branco
Gilmar Ferreira Mendes
Gina Pompeu
Gisela Maria Bester
Giselda Hironaka
Giselle Groeninga
Gonçalo de Sampaio e Mello
Guilherme de Oliveira
Gustavo Badaró
Helena Moniz
Heron José Santana Gordilho
Hugo de Brito Machado Segundo
Ingo Sarlet
Isabel Banond (†)
Ives Gandra Martins
Janaína Rigo Santin
Januário Gomes
João Luis Nogueira Matias
João Maurício Adeodato
João Paulo Remédio Marques
Jorge Miranda
José António Peres Gediel
José António Veloso
José Augusto Fontoura Costa
José de Oliveira Ascensão
José Fernando Simão

José João Nunes Abrantes
José Maurício Pinto de Almeida
José Rogério Cruz e Tucci
Judith Martins-Costa
Júlia Ximenes
Júlio Gomes
Karime Costalunga
Lafayette Pozzoli
Lie Uema do Carmo
Luciana Grassano Melo
Luciana Yeung
Luciano Timm
Luis Fernando Lopes Pereira
Luis Renato Ferreira da Silva
Luísa Neto
Luiz Fernando Calil de Freitas
Luiz Guilherme Marinoni
Marcelo Rebelo de Sousa
Marcia Carla Ribeiro
Marcos Nóbrega
Marcos Wachowicz
Marcus Alan Melo Gomes
Maria de Fátima Ribeiro
Maria dos Prazeres Beleza
Maria Vital da Rocha
Mariângela Magalhães Gomes
Márcio Guimarães
Mário Monte
Miguel Reale Junior
Monica Herman Caggiano
Nelson Nery
Newton De Lucca
Nina Aguiar
Norma Sueli Padilha
Nuno Garoupa
Octavio Campos Fischer
Oksandro Gonçalves
Oscar Ivan Prux
Otávio Luis Rodrigues Jr.
Patrícia Borba Vilar Guimarães

Paula Forgioni
Paula Rosado Pereira
Paulo de Tarso Domingues
Paulo de Tarso Sanseverino
Paulo Neto Lobo
Pedro Romano Martinez
Rachel Sztajn
Rafael Peteffi da Silva
Regina Beatriz Tavares da Silva
Rennan Thamay
Ricardo Lewandowski
Ricardo Lupion
Ricardo Marcelo Fonseca
Ricardo Villas Bôas Cueva
Rita Xavier
Roberto Senise Lisboa
Rodrigo da Cunha Pereira
Rodrigo Octávio Broglia Mendes
Rodrigo Toscano de Brito
Rosa Nery
Ruy Rosado
Samantha Meyer Pflug
Samyra Napolini
Sérgio Cruz Arenhart
Silmara Chinellato
Silvio Romero Beltrão
Sofia Pais
Sônia T. Felipe
Tagore Trajano
Thaís G. Pascoaloto Venturi
Thereza Nahas
Tomás Tavares
Tula Wensendonck
Vera Fradera
Vera Karam de Chueiri
Vladimir Brega Filho
Vladmir Oliveira da Silveira
Weimar Rocha
Yanko Marcus de Alencar Xavier
Zeno Veloso

Estatuto Editorial

A *Revista Jurídica Luso-Brasileira (RJLB)* é uma publicação de âmbito internacional que visa promover a produção e partilha científicas na área do Direito e em áreas afins.

A *Revista Jurídica Luso-Brasileira (RJLB)* procura contribuir prioritariamente para a cultura jurídica de Portugal e do Brasil, facultando o acesso a trabalhos que possam ser entendidos como representativos da vanguarda científica em ambos os países.

A *Revista Jurídica Luso-Brasileira (RJLB)* abre as suas páginas aos estudiosos de todos os ramos do Direito e de todas as matérias que sejam objecto do ensino e da formação jurídicos, e aos de todas as ciências que contribuam para a maturação interdisciplinar da Ciência Jurídica.

A *Revista Jurídica Luso-Brasileira (RJLB)*, no respeito de todas as normas jurídicas e éticas aplicáveis, é um espaço de liberdade, de tolerância e de responsabilidade, aberto ao debate de ideias e à inovação doutrinária, procurando recriar condições ideais de convivência académica, facilitando o conhecimento recíproco, fomentando aproximações e colaborações.

Artigos

Adriano Barreto Espíndola Santos, “A Boa Fé e a Arbitragem: Um Estudo à Luz do Comércio Internacional Luso-Brasileiro”	1
Alexandre Libório Dias Pereira, “Ius Ex Machina? Da Informática Jurídica ao Computador-Juiz”	43
Aluisio Gonçalves de Castro Mendes & Larissa Clare Pochmann da Silva, “Ações Coletivas e Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas: Algumas Considerações sobre a Solução Coletiva de Conflitos”	127
Amanda Celli Cascaes, “Análise Econômica do Contrato Incompleto”	163
Amanda Lucena Lira & Cássio Nunes De Lira Braga, “Reflexões Jurídicas sobre as Operadoras de Tecnologia de Transporte Credenciadas: O Caso da UBER”	197
Ariane Nogueira, Camila Anéas Penna, Luisa Polizell de Lima & George Niaradi, “Analogia da Vigente Eficácia da Convenção dos Refugiados de 1951 em Estudo de Casos”	221
Carlos Eduardo Koller & Marcia Carla Pereira Ribeiro, “Racionalidade Econômica e a Negociação Coletiva de Trabalho”	245
Celso Antonio Pacheco Fiorillo & Renata Marques Ferreira, “A Tutela Jurídica do Espectro Eletromagnético como Bem Ambiental, sua Evolução Histórica a Partir do Século XX (Rádio e Televisão) e seus Reflexos na Denominada Sociedade da Informação”	273
Eduardo Dantas, “The Inapplicability of the Loss of a Chance Theory in Cases of Medical Responsibility in the Brazilian Legal System”	327
Eugênio Facchini Neto, “Da Legitimidade do Agente Público para Responder por seus Atos Danosos – Estudo de Direito Brasileiro e Comparado”	347

Fernando Araújo, “Desnaturação e Renaturação – O Ciclo da Bioética e o Momento Aristotélico”	399
Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka, “A Forma como Foi Disciplinada a Sucessão Testamentária em Nosso País é um Obstáculo para a Maior Utilização do Ato de Última Vontade no Brasil?”	413
Luiz Guilherme Marinoni, “Cultura e Previsibilidade do Direito”	423
Marcos Ehrhardt Júnior & Uly de Carvalho Rocha Porto, “A Reparação das Chances Perdidas e seu Tratamento no Direito Brasileiro”	451
Maria Cláudia Cachapuz, “Tratamento à Informação sobre (In)adimplemento e Bancos de Cadastro Positivo: Registro, Esquecimento e Ilicitude”	483
Maria Ligia Coelho Mathias & José Lourenço, “Efeitos <i>ex tunc</i> e <i>ex nunc</i> na Mudança de Regime de Bens no Casamento e na União Estável”	509
Mery Chalfun, “Transplante e Animais: Questões Éticas e Normativas”	545
Priscila Faricelli de Mendonça, “Ação 14: A Solução dos Conflitos Tributários no Contexto do BEPS”	575
Renata Mendonça Morais Barbosa Marins, Carlos Augusto Alcântara Machado & Tagore Trajano de Almeida Silva, “Por uma Ética Fraternal na Contemporaneidade: Uma Nova Leitura das Relações Jurídicas”	605
Rennan Faria Krüger Thamay & Vinícius Ferreira de Andrade, “Ação Popular: Aspectos Gerais”	629
Samantha Ribeiro Meyer-Pflug & Flávia Piva Almeida Leite, “Tratados de Direitos Humanos após a Emenda à Constituição nº 45/2004: A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência”	649
Tathiane Piscitelli, “Os Desafios da Tributação do Comércio Eletrônico”	673

Thereza Christina Nahas, “La Importancia de se Implementar los Tribunales Supranacionales para se Alcanzar una Jurisdicción Universal a los Derechos Sociales”	705
Tula Wesendonck & Daniella Guimarães Etori, “ <i>Pretium Mortis</i> : Questões Controvertidas acerca da Responsabilidade Civil em Decorência do Dano Morte – Um Estudo Comparado entre o Direito Brasileiro e o Português”	729
Virgílio Saúl Serra de Carvalho, “Os Direitos Humanos e a Intervenção do TPI no Mundo: O Caso de Moçambique”	763